

MOBILIDADE URBANA

GOVERNO DESISTE DE CORREDOR DE ÔNIBUS

Licitação para o BRT foi cancelada por falta de dinheiro

✎ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Após quase oito anos de promessas e anúncios de obras, a implantação do BRT (corredores exclusivos para ônibus) voltou à estaca zero. O projeto era a grande promessa para melhorar a mobilidade urbana da Grande Vitória, mas a licitação das obras foi cancelada na última quinta-feira pelo governo estadual.

Na tarde de ontem, em entrevista para a jornalista Patrícia Vallim no CBN Cotidiano, o secretário estadual de Transporte e Obras Públicas, Paulo Ruy Carnelli, informou que faltam recursos para levar o projeto à frente.

Carnelli relatou que o projeto executivo aponta para a necessidade de R\$ 1,8 bilhão para executar o BRT. Mas o governo conta com pouco mais de R\$ 530 milhões de financiamento já autorizado pelo BNDES. “Seria temeroso começar esta obra em tempos de crise, sem ter a certeza dos recursos para executá-la, e com dificuldades para se obter financiamento”, assinalou.

SEM PARCELAR

O BRT, acrescentou o secretário, é um tipo de obra que não pode ser feita de forma parcelada. Como segrega os ônibus em corredores exclusivos, precisa ser concluída de terminal a terminal. “É preciso ter uma certa lógica para o sistema funcionar”, disse.

Ao tomar posse em janeiro do ano passado, Carnelli anunciou que a meta era colocar o BRT – promessa de campanha do atual governo – em execução. Mas em julho do mesmo ano, em entrevista concedida para o jornal A GAZETA, Carnelli já



Discussões sobre corredores exclusivos para ônibus, como os que existem na Reta da Penha, serão retomadas

GUILHERME FERRARI

PREOCUPAÇÃO



“Seria temeroso começar esta obra (BRT) em tempos de crise, sem ter a certeza dos recursos para executá-la, e com dificuldades para se obter financiamento”

PAULO RUY CARNELLI
SECRETÁRIO DE
TRANSPORTES

OS NOVOS PROJETOS

VIA ENTRE O AEROPORTO E O VIADUTO DA VALE

▼ Ampliação

O custo do projeto será de R\$ 106 milhões. Será licitada no segundo semestre deste ano.

AVENIDA LEITÃO DA SILVA

▼ Segunda fase

Será licitada ainda no 1º semestre deste ano a segunda etapa da obra. O custo será de R\$ 50 milhões, o que totalizará um investimento, incluindo as duas fases, de R\$ 100 milhões.

VIADUTO ENTRE AS AVENIDAS FERNANDO FERRARI E ADALBERTO SIMÃO NADER

▼ Sem prazo

Possui um anteprojeto que não contempla algumas etapas, e que ainda não foi concluído. É considerada uma obra

importante, principalmente após a conclusão da ampliação do Aeroporto de Vitória, cuja entrada principal será transferida para a Avenida Adalberto Simão Nader.

PORTAL DO PRÍNCIPE

▼ Retomada

A obra custará R\$ 35 milhões e passou por alterações, incluindo a exclusão de um viaduto. Deverá ser licitada no 2º semestre. Visa melhorar a saída Sul de Vitória.

AVENIDA LINDENBERG

▼ Retomada

O trecho inicial da avenida, cuja obra está orçada em R\$ 38 milhões, deverá ser licitado no 2º semestre.

TÚNEL DA AVENIDA CÉSAR HILAL

▼ Sem projeto

O projeto passa por

readequações e ainda não foi concluído. A expectativa é de que possa ser licitado no ano que vem.

TERCEIRA PONTE

▼ Indefinição

A expectativa é de que sejam investidos cerca de R\$ 60 milhões para redimensionar as faixas. O projeto contempla três faixas para cada lado da ponte, intervenções no acesso por Vila Velha, com novas entradas. Haveria ainda mudanças no acesso em Vitória a serem feitos na Praça do Cauê. O projeto está pronto, mas aguarda a fim da tramitação de processo na Justiça estadual.

LESTE-OESTE

▼ Retomada

Já está em andamento.

havia anunciado que o projeto não seria executado na atual administração por falta de recursos.

A alternativa encontrada pelo governo para lançar mão do empréstimo já aprovado pelo BNDES, foi desmembrar obras que faziam parte do projeto original do BRT, e executá-las em separado. “Solucionamos alguns gargalos e ficamos com a possibilidade de, no futuro, buscarmos recursos para retomar o BRT”, acrescentou.

A expectativa é de que as licitações para os novos projetos aconteçam ao longo dos próximos meses. Algumas vão ficar para o próximo ano. (Veja quadro ao lado)

Em paralelo, adiantou, será aberta uma negociação com as prefeituras de Vila Velha e Vitória sobre a integração dos transpor-

tes públicos destes municípios ao Sistema Transcol, com a integração de faixas preferenciais de ônibus em vários trechos municipais para priorizar o transporte coletivo.

A licitação do BRT também foi questionada pelo Ministério Público de Contas, que apontou várias irregularidades no processo e pediu a sua suspensão.

PONTE

Na última quinta-feira, o governo também cancelou a licitação para estudos de implantação de ciclovias na Terceira Ponte. Carnelli observou que existem projetos para melhorar o tráfego na ponte, mas sua implementação depende da finalização de processo que tramita na Justiça estadual, onde são questionados pontos do contrato de concessão.

MOBILIDADE URBANA

O VAI E VEM DO BRT

SONHO

▼ 2009

O governo do Estado acena com a implantação do BRT, apresentado como a grande promessa para melhorar a mobilidade urbana da Grande Vitória.

ESTIMATIVAS

▼ 2010

Retomadas as discussões. A intenção era implantar o BRT em 108 quilômetros de vias que cortam toda a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). O governo estima em cinco anos a sua implantação e sinaliza ainda que precisaria de R\$ 1,4 bilhão.

COMPRA DE ÔNIBUS

▼ 2010

No mesmo ano, oito ônibus adaptados para os corredores exclusivos, com portas do lado esquerdo, começam a circular na Grande. Ao todo, 22 veículos foram comprados pelas empresas do Sistema



EDSON CHAGAS/ARQUIVO

Ônibus da nova frota comprada, com portas especiais para corredores exclusivos

Transcol, no valor aproximado de R\$ 7,5 milhões.

FINANCIAMENTO

▼ 2010

O Estado quer financiar com o BNDES um total de R\$ 530 milhões para construir 24 quilômetros dos 52 quilômetros iniciais previstos para a

primeira etapa de inclusão dos corredores exclusivos

FUTURO

▼ 2011

Estado anuncia que o BRT começará a funcionar dentro de três anos, quando estaria implantado o primeiro trecho.

NOVO CENÁRIO

▼ 2012

Anunciado que a primeira etapa já custava R\$ 740 milhões. Valor seria gasto em 32km de vias com faixa exclusiva para ônibus e em tecnologia, a serem financiados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

CICLOVIAS

▼ 2012

No mesmo ano o Estado anuncia a criação de uma rede de ciclovias para interligar os municípios da Grande Vitória, que vai contemplar as vias beneficiadas pelo BRT.

EDITAL

▼ 2013

Governo anuncia publicação do edital para a contratação da empresa que fará investimento na infraestrutura e na gestão. O BRT é o principal investimento. Mas no fim do mesmo ano anuncia o adiamento de obras, incluindo o BRT, que ficaria para o próximo governo. Motivo: falta de recursos.

IRREGULARIDADES

▼ 2014

O Ministério Público de Contas aponta "graves ilegalidades" nas licitações para implantação do BRT na Grande Vitória e para a construção da Quarta

Ponte, ambas feitas pelo governo do Estado. E pede suspensão das licitações e correção dos editais. O processo é suspenso.

META

▼ 2015

Em janeiro Paulo Ruy Carnelli assume a Setop com a meta de por em execução o projeto do BRT, proposta de campanha do atual governo.

INCERTO

▼ 2015

Em julho do ano passado, o governo estadual anuncia que não tem previsão para o projeto do BRT se concretizar. A informação é do secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, Paulo Ruy Carnelli: "Não para essa gestão".

CANCELAMENTO

▼ 2016

Na última quinta-feira o governo cancelou a licitação do projeto por falta de recursos.

AQUAVIÁRIO: FALTAM RECURSOS PARA PROJETO

Retomada do serviço dependeria de subsídios do governo

▀ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

A retomada do transporte público pela baía de Vitória – no aquaviário – é um sonho bem distante. Não há projeto a curto prazo para a retomada da licitação, cancelada no início do ano passado, segundo informou o secretário de Transportes e Obras Públicas, Paulo Ruy Carnelli.

Carnelli explicou que serão necessários novos estudos para a reativação do Sistema Aquaviário, em substituição ao que chegou a ser anunciado pela administração passada, do governador Renato Casagrande.

O projeto anterior, elaborado por uma empresa privada, com valor de R\$ 1,2 milhão, apresentou, entre outros problemas, custo alto de manutenção e subsídio permanente muito al-

to, explicou o secretário.

O governo Casagrande chegou a lançar a licitação do Aquaviário, mas o Ministério Público de Contas (MPC-ES) pediu a suspensão imediata do processo, apontando irregularidades na concorrência pública. A proposta à época era efetuar uma concessão com duração de 20 anos, com valor estimado em R\$ 1,4 bilhão.

Um projeto, segundo o secretário, que dependeria de subsídios do governo. Destaca que o Estado já investe cerca de R\$ 115 milhões no Sistema Transcol e o orçamento não teria como absorver outro subsídio.

DEMANDA

Os estudos realizados anteriormente para a retomada do sistema apontam que não existiria demanda



VITOR JUBINI/ARQUIVO

No futuro, a intenção é propor um novo tipo de serviço de transporte por barcas

suficiente para que o aquaviário se sustentasse sem apoio de subsídio, como ocorreu no passado.

Carnelli destaca que, no passado, com a construção das pontes – Segunda e Ter-

ceira – a procura pelo transporte por barcas reduziu muito, o que levou o governo, à época, a extinguir este tipo de alternativa.

Para o futuro, avalia ele, será necessário pensar em

um novo modelo de aquaviário, integrado ao transporte público, mas que não penalize os cofres públicos. "Não conseguiremos voltar ao passado que muitos imaginam. Tem que ha-

ver uma modalidade nova. Os valores propostos no projeto eram inviáveis e não poderiam ser contemplados no orçamento público", acrescentou.

QUARTA PONTE

Outro projeto que também recebeu uma pá de cal foi o da Quarta Ponte, a nova ligação entre Vitória e Cariacica, a partir da região de Santo Antonio. O primeiro estudo foi prometido para janeiro de 2008. A conclusão das obras, sempre adiada, estava prevista para 2018. O orçamento previsto era de R\$ 1,2 bilhão.

Em novembro do ano passado, a Setop suspendeu os editais para contratação das empresas porque o Ministério Público de Contas apontava irregularidades no processo licitatório.